

BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 01.149.953/0001-89

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, conjunto 93, Vila Gertrudes - CEP 04794-000 - São Paulo - (SP) - Brasil

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Banco do Brasil e informações adicionais de *bureaus* de crédito. Em 2013 ocorreu a implantação de uma ferramenta de crédito que permite maior discriminação de risco e rapidez nas decisões de crédito, permitindo automação de processos e ganho de eficiência, entre outros benefícios. Em 2014 e 2015, a gestão de risco de crédito se manteve eficaz e tempestiva, com diversas melhorias implantadas na gestão comercial, no combate às fraudes e na cobrança.

Em 2016, o Banco manteve a postura conservadora na concessão de financiamentos de veículos, praticando prazos mais curtos e solicitando valores de entrada maiores em relação às safras de 2010 e 2011. No 1516, a BV Financeira manteve sua atuação concentrada no financiamento de veículos usados (revendas multimarcas) - negócio no qual possui reconhecida *expertise* - e obteve importantes conquistas como: i) manutenção da qualidade e escala na origemação de financiamentos de veículos desde 2011 e ii) queda da inadimplência acima de 90 dias.

No 1516, o resultado bruto da intermediação financeira da BV Financeira somou R\$ 1.059,5 milhões, ante R\$1.249,4 no 1515.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	30.06.2016	30.06.2015
PASSIVO CIRCULANTE		16.882.858	22.680.819
Depósitos	13a	5.285.878	8.084.242
Depósitos interfinanceiros		1.468.412	4.236.531
Captações no Mercado Aberto		982	982
Carteira própria		—	982
Relações Interdependências		—	982
Transferências internas de recursos		—	982
Instrumentos Financeiros Derivativos		74.715	—
Outras Obrigações	6d	10.053.853	10.359.964
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		16.188	13.001
Sociais e estatutárias		37.373	33.540
Fiscais e previdenciárias	14a	95.520	103.289
Negociação e intermediação de valores		3.102	13.683
Diversas	14b	9.901.670	10.195.551
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		23.275.355	20.768.621
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		23.275.355	20.768.621
Depósitos	13a	14.549.861	11.003.570
Depósitos interfinanceiros		14.549.861	11.003.570
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.538	—
Outras Obrigações	6d	8.725.494	9.763.513
Fiscais e previdenciárias		408.954	467.962
Negociação e intermediação de valores	14a	5.969	10.725
Diversas	14b	8.310.571	9.284.926
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.580.301	1.169.786
Capital		1.400.546	916.422
De domiciliados no País		1.400.546	916.422
Reservas de Lucros		167.820	142.492
Ajustes de Avaliação Patrimonial	17c	(10.031)	(75.358)
Lucros Acumulados		21.966	186.230

As despesas com provisões de crédito da BV Financeira atingiram R\$ 938,0 milhões no 1516, ante R\$ 930,3 milhões no 1515.

A BV Financeira registrou Lucro Líquido de R\$ 23,1 milhões no 1516 (R\$ 196,0 milhões no 1515). Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a BV Financeira declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" no montante de R\$ 2,3 bilhões, representando 51% do total de títulos e valores mobiliários. A administração da BV Financeira agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 04 de agosto de 2016
A Diretora

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º semestre/2016	1º semestre/2015
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.947.502	5.337.436
Operações de crédito	7b	2.646.703	2.774.717
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	144.242	425.419
Resultado de instantâneos financeiros derivativos	6d,7	310.417	165.458
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7f	1.846.140	1.971.842
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.887.990)	(4.088.082)
Operações de captação no mercado	13d	(1.632.846)	(1.715.345)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7f	(1.317.133)	(1.442.403)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7i	(2.227.111)	(930.334)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.059.512	1.249.354
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(951.902)	(909.464)
Recetas de prestação de serviços	15a	57.827	53.000
Rendas de tarifas bancárias	15b	283.600	250.662
Despesas de pessoal	15c	(339.000)	(367.634)
Outras despesas administrativas	15d	(428.239)	(414.628)
Despesas tributárias	18c	(123.389)	(142.459)
Outras receitas operacionais	15e	53.144	149.594
Outras despesas operacionais	15f	(435.845)	(438.099)
RESULTADO OPERACIONAL		107.610	339.890
PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS OPERACIONAIS		16	(13.979)
Recetas não operacionais		18.986	17.884
Despesas não operacionais		(12.005)	(31.863)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		114.591	325.911
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(56.441)	(86.056)
PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS E ADMINISTRADORES		18a	—
NOS LUCROS E RESULTADOS		(35.028)	(48.232)
LUCRO LÍQUIDO		23.122	196.032
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		—	—
LUCRO POR AÇÃO		—	—
Lucro por lote de mil ações - R\$		7.506,67	63.644,38
Quantidade de ações (lote de mil)		3.080	3.080

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º semestre/2016	1º semestre/2015
Fluxos de caixa provenientes das operações		114.591	325.911
Lucro antes dos tributos e Participações		984.156	700.100
Ajustes ao Lucro antes dos tributos e participações		938.011	930.334
Provisão para créditos e outros créditos	7f	11.122	10.472
Depreciações e amortizações	15d	16	213
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	16	968	4.449
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	16	3.653	1.161
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	16	227	35.462
Despesa (Reversão) com provisões civis, trabalhistas e fiscais	21e,1	35.462	(208.387)
Recetta de juros de títulos e valores mobiliários (exceto negociação)	15e	(2.904)	(5.021)
Outras receitas e despesas operacionais	15e	1.098.747	1.026.011
Lucro (Prejuízo) ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.807.785)	(4.141.194)
Variações Patrimoniais		(466.900)	(9.726)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(1.852)	(236.680)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências		518.867	(3.602)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		68.101	167.766
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(33.781)	(47.772)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(1.277.410)	(4.444.309)
(Redução) Aumento em depósitos		(1.280.136)	(1.177.570)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		(252.394)	1.421.303
(Redução) Aumento em outras obrigações		(2.709.038)	(3.115.183)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		(2.709.038)	(3.115.183)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		—	—
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(1.136.700)	(541.632)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(2.431)	(22.084)
(Aquisição) de intangíveis		(2.859)	(7.745)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		2.282.202	1.913.910
Vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		1.719.477	1.649.534
Alienação de imobilizado de uso		90	25.010
Alienação de intangíveis		2.257	4
Alienação de diferidos		—	4
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2.862.036	3.017.040
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		—	—
Dividendos pagos		(155.225)	—
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(155.225)	(98.143)
Variável Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.987.227)	(3.211.286)
Início do período		11.544	111.758
Fim do período	4	9.317	13.615
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.237)	(98.143)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º semestre/2016	1º semestre/2015
Recetas		3.975.198	4.408.380
Recetas de intermediação financeira		4.947.502	5.337.436
Recetas de prestação de serviços e tarifas bancárias	15a/15b	341.427	303.662
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	(938.011)	(930.334)
Outras receitas/(despesas)	15e/15f/16	(375.720)	(302.384)
Despesas da Intermediação Financeira		(2.949.979)	(3.157.748)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(399.354)	(379.279)
Materiais, água, energia e gás	15d	(3.452)	(4.886)
Serviços de terceiros	15d	(3.216)	(3.419)
Comunicações	15d	(34.220)	(34.372)
Processamento de dados	15d	(56.392)	(54.524)
Transporte	15d	(5.139)	(5.191)
Serviços de vigilância e segurança	15d	(426)	(629)
Serviços técnicos especializados	15d	(164.648)	(159.612)
Serviços de intermediação financeira	15d	(40.698)	(39.420)
Propaganda e publicidade	15d	(1.770)	(690)
Emolumentos judiciais e cartórios	15d	(48.668)	(43.667)
Outras	15d	(40.725)	(32.869)
Valor Adicionado Bruto		625.865	871.353
Despesas de amortização/depreciação	15d	(11.122)	(10.472)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		614.743	860.881
Valor Adicionado a Distribuir		614.743	860.881
Valor Adicionado Distribuído		359.923	375.462
Pessoal	15c	267.696	271.181
Salários, honorários e demandas trabalhistas		35.028	43.823
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados		46.245	46.743
Benefícios e treinamentos	15c	10.954	13.715
FGTS		213.999	224.842
Impostos, Taxas e Contribuições		34,80%	30,73%
Municipais		197.674	246.141
Federais		16.261	18.369
Remuneração de Capitais de Terceiros		17,63%	24,87%
Aluguéis	15d	17.763	24.877
Remuneração de Capitais Próprios		23,122%	196,032%
Lucro retido		23.122	196.032

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das aliquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 21).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas prováveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Outros Ativos e Passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

	30.06.2016	30.06.2015
Disponibilidades	9.317	13.615
Disponibilidades em moeda nacional	8.380	12.937
Disponibilidades em moeda estrangeira	937	678
Total	9.317	13.615

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 6b)	13	69
Total	13	69

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		
a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM		

Na demonstração "Balanco Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

	Nota	30.06.2016	30.06.2015
ATIVO CIRCULANTE		22.707.143	21.783.595
Disponibilidades	4	9.317	13.615
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		3.858.909	3.107.055
Carteira própria	6a	2.723.873	1.049.232
Vinculados a compromissos de recompra	6a	830.020	2.027.544
Vinculados a prestação de garantias	6a	202.692	26.496
Instrumentos financeiros derivativos	6d	102.324	3.783
Operações de Crédito	7a	15.980.482	16.604.711
Setor privado		9.931.591	10.720.045
Operações de crédito vinculadas a cessão		7.510.945	7.373.223
Provisão para operações de crédito	7e	(1.462.054)	(1.488.557)
Rendas a receber		2.584.280	1.971.420
Negociação e intermediação de valores		—	24
Diversos	8	2.587.736	1.975.058
(Provisão para outros créditos)	7f	(6.685)	(3.662)
Outros Valores e Bens		274.155	86.774
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	9	92.271	96.777
(Provisão para desvalorizações)		(22.084)	(23.680)
Despesas antecipadas		197.022</	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

30.06.2016		30.06.2015	
Valor de Mercado	Total	Valor de Mercado	Total
Sem vencimento em até 1 ano	4.259	22.841	27.105
Vencimento em até 1 ano	686.672	794.514	1.481.186
Vencimento em até 5 anos	2.309.555	2.303.627	4.613.182
Vencimento em até 5 e 10 anos	4.551.098	6.254.062	10.805.160
Total	7.325.584	10.805.160	18.130.744

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

30.06.2016		30.06.2015	
Valor Contábil	Total	Valor Contábil	Total
Circulante	2.723.873	1.049.232	365.024
Não circulante	12.237	2.736.110	1.414.256
Total	2.736.110	3.785.364	1.779.280

a.5) Resumo da carteira por categoria

30.06.2016		30.06.2015	
Valor Contábil	Total	Valor Contábil	Total
Circulante	2.723.873	1.049.232	365.024
Não circulante	12.237	2.736.110	1.414.256
Total	2.736.110	3.785.364	1.779.280

A Companhia, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" no montante de R\$ 2.309.555 (R\$ 2.309.555 em 30 de junho de 2015), representando 31% do total de títulos e valores mobiliários (61% em 30 de junho de 2015).

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5a)	13
Títulos de renda fixa	288.375
Títulos de renda variável	(146.421)
Aplicações em fundos de investimento	2.275
Total	144.242

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não houve reclassificações de títulos e valores mobiliários.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de hedge das posições negociadas está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revisados periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Companhia financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- Possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à Companhia.

d.1) Composição da Carteira de Derivativos por Indexador

30.06.2016		30.06.2015	
Valor de referência	Valor de custo	Valor de referência	Valor de custo
Contratos de Futuros	12.378.046	-	-
Compromissos de venda	12.378.046	-	-
Operações a Termo	-	-	-
Posição Ativa	74.715	74.715	74.715
Posição Passiva	74.715	(74.715)	(74.715)
Contratos de Opções	591.723	285.207	474.366
Adesões - Posição Comprada	591.723	285.207	474.366
Contratos de Swaps ⁽¹⁾	2.784.145	27.608	33.401
Posição Ativa	2.784.145	27.608	33.401
Posição Passiva	-	-	(1.538)

d.2) Composição da Carteira de Derivativos por vencimento (valor referencial)

30.06.2016		30.06.2015	
0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Contratos a termo	74.715	-	-
Contratos de opções	-	-	-
Contratos de swaps ⁽¹⁾	1.997.145	787.000	2.784.145

d.3) Composição da Carteira de Derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em R\$ mil)

30.06.2016		30.06.2015	
Futuros	Termo	Opções	Swap
BM&Fbovespa	12.378.046	-	-
Balcão	-	-	2.784.145
Instituições financeiras	-	74.715	2.784.145
Cliente	-	591.723	-

d.4) Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

30.06.2016		30.06.2015	
Notas do Tesouro Nacional	296.001	449.824	296.001
Total	296.001	449.824	296.001

d.5) Composição da Carteira de Derivativos Designados para Hedge

30.06.2016		30.06.2015	
Hedge de Risco de Mercado	501.974	-	-
Instrumentos de Hedge	501.974	-	-
Ativo	501.974	-	-
Swap	27.608	-	-
Opções	474.366	-	-
Passivo	12.378.046	15.941.120	-
Futuro	12.378.046	15.938.875	-
Swap	-	2.245	-

Itens Objeto de Hedge

30.06.2016		30.06.2015	
Ativo	15.005.146	19.943.512	-
Ativos e valores mobiliários	2.437.694	3.759.683	-
Operações de Crédito	12.567.452	16.183.829	-

A Companhia para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de hedge foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 0.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Ganhos dos itens objeto de hedge	898.500
Perdas dos instrumentos de hedge	(942.623)
Efeito Líquido	(44.123)

d.7) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Swap	14.923
Opções	189.160
Futuro	(555.694)
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de hedge	662.028
Total	165.458

d.8) Instrumentos Financeiros Derivativos Segregados em Circulante e Não Circulante

30.06.2016		30.06.2015	
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Operações de termo	-	-	-
Operações de opções	-	474.366	-
Contratos de swaps	27.608	3.783	-
Total	27.608	474.366	3.783

d.9) Hedge contábil

30.06.2016		30.06.2015	
Objeto de hedge	Instrumentos de hedge	Objeto de hedge	Instrumentos de hedge
Valor de Mercado	2.437.694	3.759.683	2.437.694
Valor de Ganho/(Perda) não realizado	(178.378)	3.759.683	474.366

Estratégias/Risco

30.06.2016		30.06.2015	
Derivativo	Valor de Mercado	Derivativo	Valor de Mercado
Hedge de tit. e valores mobiliários/taxa pré-fixada	2.437.694	(178.378)	3.759.683
Swap	2.314.527	3.772.639	-
Opções	474.366	-	-

Operações de Crédito

30.06.2016		30.06.2015	
Valor de Mercado	Total	Valor de Mercado	Total
Emprestimos e títulos descontados	32.351.022	34.349.271	-
Operações de crédito vinculadas às cessiones ⁽¹⁾	4.395.965	4.525.967	-
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.004.539	14.818.849	-
Operações com cartões de crédito	1.365.011	15.004.455	-
Títulos e Créditos a Receber com características de concessão de crédito	781.321	652.149	-
Total da Carteira de Crédito	33.132.343	35.001.420	-

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

30.06.2016		30.06.2015	
Valor de Mercado	Total	Valor de Mercado	Total
Provisão para operações de crédito	(2.075.881)	(2.116.082)	-
Provisão para outros créditos	(6.685)	(6.685)	-
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	31.049.777	32.885.338	-

a) Recargas de Operações de Crédito

1º Semestre/2016		1º Semestre/2015	
Recargas de Operações de Crédito	718.970	656.952	-
Emprestimos e títulos descontados	1.694.340	1.855.396	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	236.135	259.026	-
Outras	(2.742)	3.343	-
Total	2.646.703	2.774.717	-

⁽¹⁾ Foram recuperadas operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 702.364 no primeiro semestre de 2016 (com impacto no resultado de R\$ 18.300) e R\$ 233.755 no primeiro semestre de 2015 (com impacto no resultado de R\$ 7.220), por meio de cessões de crédito, sem cobrição a Companhias não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

⁽²⁾ Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito, totalizaram R\$ 4.492.843 no semestre findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 4.746.559 no semestre findo em 30 de junho de 2015).

Setor Privado por Setores de Atividade Econômica

30.06.2016		30.06.2015	
Valor de Mercado	Total	Valor de Mercado	Total
Pessoa Física ⁽¹⁾	32.408.034	98,17%	34.673.458
Pessoa Jurídica	604.514	1,83%	615.779

Setor Público por Setores de Atividade Econômica

30.06.2016		30.06.2015	
Valor de Mercado	Total	Valor de Mercado	Total
Agronegócio de origem animal	779	0,00%	438
Agronegócio de origem vegetal	1.158	0,00%	1.189
Atividades específicas da construção	9.167	0,03%	6.424
Automotivo	2.923	0,01%	1.979
Comércio atacadista e industriais diversas	24.249	0,07%	18.873
Comércio varejista	56.680	0,17%	37.700
Construção pesada	298	0,00%	406
Eletroeletrônico	78	0,00%	366
Energia elétrica	478	0,00%	146
Indústria de bens	1.365	0,01%	1.067
Instituições e serviços financeiros	316	0,00%	273
Madeireiro e moveleiro	2.752	0,01%	2.288
Mineração e metalurgia	542	0,00%	498
Papel e celulose	352	0,00%	371
Químico	774	0,00%	247
Transportes	32	0,00%	46
Telecomunicações	394	0,00%	190
Têxtil e confecções	2.420	0,01%	1.896
Transportes	98.504	0,30%	44.805
Turismo	329.449	1,00%	449.804
Total	33.012.545	100,00%	35.285.237

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	30.06.2016					30.06.2015				
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Operações em Curso Normal	38.743	57.079	29.183	29.180	55.641	27.256.685	29.845.839	-	-	-
Parcelas Vincendas	18.060.471	4.321.186	4.665.202	3.743	57.079	29.183	29.180	55.641	27.256.685	29.845.839
01 a 30	1.215.928	173.095	184.002	2.660	2.866	1.473	1.663	3.633	1.585.320	1.624.837
31 a 60	943.046	165.176	175.157	2.343	2.707	1.355	1.507	3.350	1.294.641	1.366.778
61 a 90	919.012	162.056	172.039	2.178	2.676	1.348	1.676	3.253	1.264.238	1.341.739
91 a 180	2.597.431	473.406	503.185	5.531	7.720	3.786	4.657	8.905	2.614.621	3.832.262
181 a 360	4.241.140	842.544	898.688	8.913	13.096	6.437	7.321	14.001	3.032.120	6.492.810
Acima de 360	8.143.914	2.504.909	2.732.151	17.118	28.014	14.784	12.356	22.499	13.475.745	15.187.313
Parcelas Vincendas	876.321	27.812	26.469	1.448	1.087	402	150	3.037	936.726	822.101
Até 14 dias	876.321	27.812	26.469	1.448	1.087	402	150	3.037	936.726	822.101
Subtotal	18.936.792	4.348.998	4.691.671	40.191	58.166	29.585	29.330	58.678	28.193.411	30.667.940

Operações em Curso Anormal

30.06.2016		30.06.2015	
Valor de Mercado	Total	Valor de Mercado	Total
Parcelas Vincendas	868.128	1.054.369	386.909
01 a 30	53.765	63.470	27.986
31 a 60	51.331	54.626	22.012
61 a 90	48.990	53.352	22.167
91 a 180	134.657	150.551	61.424
181 a 360	215.961	245.049	96.437
Acima de 360	363.424	487.321	156.883
Parcelas Vincendas ⁽¹⁾	115.627	202.475	143.280
De 01 a 14	1.692	28.038	13.293
15 a 30	110.148	74.849	29.224
31 a 60	3.787	91.330	30.762
61 a 90	-	6.127	63.041
91 a 180	-	2.131	45.872
181 a 360	-	-	-
Acima de 360	-	-	-
Subtotal	983.755	1.256.844	530.189
Total	18.936.792	5.605.842	<

	30.06.2016			Outras	Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas		
Ativos					
Disponibilidades	717	–	3.911	–	4.628
Outros ativos	19.111	5.477	3.268	255	28.111
Passivos					
Depósitos interfinanceiros	–	–	(19.835.739)	–	(19.835.739)
Obrigações por operações compromissadas	–	–	(1.468.412)	–	(1.468.412)
Outros passivos	(15.691.351)	–	(17.605)	–	(15.708.956)
Resultado					
Rendas de juros e prestação de serviços	540.098	–	13	–	540.111
Despesas com captação	–	–	(1.749.338)	–	(1.749.338)
			30.06.2015		

	30.06.2015			Outras ⁽¹⁾	Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas		
Ativos					
Disponibilidades	2.256	–	4.032	–	6.288
Outros ativos	6.960	–	90	6.586	13.636
Passivos					
Depósitos interfinanceiros	–	–	(19.087.812)	–	(19.087.812)
Obrigações por operações compromissadas	–	–	(4.236.531)	–	(4.236.531)
Outros passivos	(17.027.914)	–	(40.450)	–	(17.068.364)
Resultado					
Rendas de juros e prestação de serviços	532.859	–	–	39.822	572.681
Despesas com captação	–	–	(1.673.520)	–	(1.673.520)

⁽¹⁾ Em 2015 inclui FIDCs I e VI.

20. Benefícios a Empregados

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados da Companhia. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Companhia possui 3 planos de incentivos de longo prazo que têm como objetivos (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) Incentivo Variável Condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados da Companhia.

b) Incentivo de Longo Prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de Compra de Ações Virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados têm a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, foram reconhecidos no resultado em Despesas de Pessoal - Proventos da Companhia R\$ 8.328 (R\$ 8.156 no semestre findo em 30 de junho de 2015) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores da Companhia, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre um e no máximo quatro anos contados da data da concessão, cuja liquidação ocorre em espécie.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, ocorreram pagamentos no valor de R\$ 9.125, sendo R\$ 3.713 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2012, R\$ 4.719 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2013 e R\$ 693 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2014.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia registrou na rubrica de Outras obrigações - Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 29.030 (R\$ 21.572 em 30 de junho de 2015).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	1º Semestre/2016	1º Semestre/2015
Quantidade inicial	5.556.641	2.480.046
Novos	1.325.240	1.144.518
Pagos	(2.017.030)	(519.143)
Canceladas	(244.596)	(9.075)
Quantidade final	4.620.255	3.096.346

O valor inicial das ações virtuais concedidas é calculado sobre o Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social, onde é atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

21. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações Trabalhistas

A Companhia é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Ações de Natureza Civil

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

e) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

A Companhia constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de

êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, e complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

	Demandas fiscais		Demandas cíveis		Demandas trabalhistas	
	1º Semestre/ 2016	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2016	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2016	1º Semestre/ 2015
Saldo inicial	33.276	64.776	290.780	317.709	749.001	834.184
Constituições	888	12	69.728	59.670	151.112	157.429
Reversão da provisão ⁽¹⁾	(3.605)	(22.154)	(37.002)	(37.269)	(79.987)	(83.641)
Baixa por pagamento ⁽²⁾	(1.492)	(7.585)	(46.461)	(49.827)	(98.402)	(69.434)
Atualização monetária	990	1.666	48.447	29.045	31.246	39.557
Saldo final	30.057	36.715	325.492	319.328	752.970	878.095

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, a negociações de acordos, revisões de processos e prognósticos de perdas.

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

e.2) Cronograma esperado de desembolsos

	30.06.2016		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	417.609	554.922	325.492
De 5 a 10 anos	–	8.572	–
Total	752.970	30.057	325.492

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

f) Passivos Contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30.06.2016	30.06.2015
Demandas fiscais ⁽¹⁾	417.609	554.922
Demandas cíveis ⁽²⁾	34.454	25.296
Demandas trabalhistas ⁽³⁾	488.546	798.750
Total	940.609	1.378.968

⁽¹⁾ Referem-se basicamente: a) INSS R\$ 68.655 (R\$ 222.759 em 30 de junho de 2015); b) IRPJ de excesso de destinação ao FINOR (2004 a 2010) R\$ 64.190 (R\$ 73.547 em 30 de junho de 2015); c) ISS R\$ 6.903 (R\$ 7.264 em 30 de junho de 2015); d) IPVA (Terceiros) - R\$ 14.347 (R\$ 12.245 em 30 de junho de 2015); e) Multa de infração (não homologação de DCOMP - Ajustes ofício Bacen) R\$ 135.199 (R\$ 120.204 em 30 de junho de 2015).

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

⁽³⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

g) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30.06.2016	30.06.2015
Demandas fiscais	437.099	390.455
Demandas cíveis	215.784	173.689
Demandas trabalhistas	260.707	204.283
Total	913.590	768.429

h) Obrigações Legais

A Companhia mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 2.908 (R\$ 671 em 30 de junho de 2015), relativo às seguintes ações:

h.1) PIS LC 07/70 - BV Financeira S.A. CFI

A BV Financeira S.A. - CFI Impetrou Mandado de Segurança visando o reconhecimento ao direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS na forma do disposto na Lei Complementar nº 7/70, no período compreendido entre 01.07.1997 até 90 dias após a publicação da Emenda Constitucional nº 17/97. Ademais, requereu-se que, para o período posterior (de março/1998 a dezembro/1999), referida contribuição fosse recolhida sobre a receita bruta operacional.

Atualmente, o Mandado de Segurança está suspenso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aguardando o STF proferir decisão em recurso representativo de controvérsia, decisão esta que deverá ser replicada em todos os casos que versem sobre a mesma matéria e que estejam pendentes de julgamento perante o Poder Judiciário.

Para referir processo temos a provisão de R\$ 698 (R\$ 671 em 30 de junho de 2015) registrada na rubrica Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias - Obrigações Legais.

h.2) Fator Acidentário de Proteção - FAP - BV Financeira S.A. CFI

Foram ajudadas Ações Declaratórias visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obriga a autora à apuração e ao recolhimento da contribuição ao Seguro contra Acidentes de Trabalho - SAT mediante aplicação do Fator Acidentário de Proteção - FAP, a partir de janeiro de 2010.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, a BV Financeira realizou depósitos judiciais dos valores discutidos para o ano de 2010, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Posteriormente, o valor passou a ser regularmente recolhido.

Quanto à ação da CP Promotora, houve sentença julgando improcedente o pedido. Em face da referida decisão foram interpostos Embargos de Declaração, os quais não foram acolhidos. Dessa forma, interpôs-se Recurso de Apelação com o fim de reformar integralmente a Sentença de primeiro grau, o qual foi recebido em seu duplo efeito. Atualmente, aguarda-se o julgamento da Apelação interposta.

Com relação à ação da BV Financeira, após a distribuição da ação, houve sentença que julgou procedente o pedido, concedendo também a tutela antecipada. Entretanto, em que pese a decisão favorável, foi interposto Recurso de Apelação pela Autora para que a matéria fosse apreciada também pelo TRF3, já que o juiz de primeiro grau não apreciou a matéria fático-probatória. Trata-se, portanto, de recurso meramente preventivo, para o caso de o argumento da inconstitucionalidade do FAP ser afastado pelo Tribunal. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações interpostas.

Para os referidos processos temos o montante de R\$ 2.210 registrados na rubrica Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias - Obrigações Legais.

i) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

22. Gerenciamento de Riscos e de Capital

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Companhia, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*).

O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à Companhia.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

f) Gerenciamento de Capital

Segundo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Companhia adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a Companhia dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (Visão Regulatória)

A gestão do capital na Companhia é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da Companhia.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a Companhia elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência(PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Poderados pelo Risco (RVA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I - nova metodologia de apuração do capital regulamento, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
 - II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.
- Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:
- (i) ágio pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
 - (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
 - (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
 - (iv) participação de não controladores;
 - (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de Companhias assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e Companhias abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
 - (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
 - (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
 - (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 30 de junho de 2016, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 14,